
ENTREVISTA

Redescobrimo o Brasil: *entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva*
Renato Pinto Venancio (entrevistador)

A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva dispensa apresentação. Autora de dezenas de livros a respeito do Brasil colonial, a pesquisadora há vários anos estuda temas, como o da história da cultura material ou da história social da família, que só muito recentemente entraram no rol das pesquisas universitárias brasileiras. Pioneira e desbravadora, a professora Maria Beatriz, na presente entrevista, faz um balanço de sua trajetória acadêmica e do estado atual das pesquisas que ela vem desenvolvendo.

Renato Pinto Venâncio

Primeiramente, seria interessante que a senhora indicasse os traços gerais de sua formação e qual foi o motivo de ter escolhido o “Brasil colonial” como tema de pesquisa.

A minha formação, na Faculdade de Letras de Lisboa, foi em História e Filosofia, mas enquanto tive ótimos historiadores como professores (Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo, A.H. de Oliveira Marques), a parte filosófica era muito fraca. Só um professor de Filosofia Antiga me fez ler todo Platão e um de Ética me fez produzir um trabalho sobre a liberdade em Sartre. O resto foi uma nulidade.

Quando cheguei ao Brasil, em 1963, recém-formada, ainda não sabia o que queria. Valeram-me nessa época Sérgio Buarque de Holanda e João Cruz Costa, amigos de meu sogro, Adolfo Casais Monteiro. Ambos me disseram que devia começar a preparar o meu doutoramento e que trabalhasse em História das Idéias com Cruz Costa. Aceitei e foi uma experiência muito interessante, pois ao mesmo tempo que ia descobrindo São Paulo e o Brasil, comecei a freqüentar a Biblioteca Municipal e a sua seção de Livros Raros. Inscrevi-me para doutoramento em Filosofia, mas escolhi como matérias complementares (antes de 1972 era assim) História do Brasil e História Ibérica. O meu hibridismo continuava, tanto mais

que em 1965, ainda na velha Maria Antônia, comecei a dar seminários de História da Filosofia Moderna (Descartes, Malebranche etc.)

Tão logo fiz o doutoramento em 1967 verifiquei que não era ali o meu lugar, nem era ali que estavam os meus interesses. Cruz Costa aposentara-se e naquele Departamento de Filosofia só era bem visto quem estudasse Kant, Hegel ou Marx, que francamente não eram os meus autores preferidos. Ganhei contudo uma oportunidade única: a de ouvir Michel Foucault dando ali um curso antes da publicação de *Les mots et le choses* e foram essas conferências que me marcaram profundamente no início da redação da tese. Já não era a História das Idéias que me atraía; era uma História Intelectual à la Foucault.

Passsei no fim de 1967 para o Departamento de História para ministrar uma optativa de História das Idéias onde podia falar dos temas que me interessavam e que estavam todos relacionados com o séc. XVIII francês. Ganhei uma bolsa para Paris em 1968/69, e imediatamente me liguei ao grupo de “*dix-huitièmistes*” da Sorbonne com Jean-Marie Goulemot, Michelle Duchet etc., ao mesmo tempo que lia na *Bibliothèque Nationale* aqueles autores como Restif de la Bretonne que não encontrava no Brasil, ou os viajantes pela América e pela África. O meu projeto de pesquisa então era trabalhar a oposição Natureza/Cultura no pensamento francês do séc. XVIII, que sempre foi o meu período favorito.

Nada até aqui de Brasil colonial. Foi quando voltei ao Brasil que me apercebi que havia demasiadas pessoas estudando o séc. XVIII francês, enquanto o brasileiro estava simplesmente por desbravar em muitos aspectos. Eu, que até então só freqüentara bibliotecas, passei a descobrir os arquivos e a me entusiasmar com o que descobria. A minha livre-docência, em 1973, que depois deu parcialmente o meu livro *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro, 1808-1821*, (publicado em 1977), já tinha uma forte base arquivística. Daí em diante foi como uma bola de neve que vai engrossando com o movimento.

Qual foi, em sua formação, a influência de autores clássicos que estudaram o Brasil colonial, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.?

Sérgio Buarque de Holanda, como amigo e como mentor do início da minha carreira de pesquisadora, foi o historiador que mais me marcou nos anos 60. Ia muitas vezes ao velho casarão normando da rua Buri, no bairro do Pacaembu, para conversar e pedir livros emprestados. Eu admirava a sua maneira de escrever e sabia que por detrás de um grande literato estava um grande pesquisador de arquivos. Frequentemente o encontrava à frente da máquina de leitura de microfiches lendo a documentação que trouxera de Cuiabá e que serviria para a publicação póstuma feita por José Sebastião Witter do *Extremo Oeste*.

Quanto a Gilberto Freyre, descobri-o mais tarde, nos anos 70, quando participei do I Projeto Mulher da Fundação Carlos Chagas, em 1978, e comecei a pesquisa que deu o meu livro *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984). Foi aí que li pela primeira vez *Casa Grande e Senzala* e que percebi as trilhas pioneiras que Freyre tinha aberto nos anos 30: o estudo dos inventários e testamentos, o interesse pela documentação eclesástica, enfim, por todos aqueles documentos que hoje constituem a base da nossa pesquisa em História da Família. O ser antropólogo contribuiu para que ele renovasse a História de uma maneira totalmente inesperada, recuperando o cotidiano e esquecendo a política.

Quanto a Caio Prado Júnior, não me influenciou absolutamente nada. Li--o por curiosidade mas considerei-o um ensaísta como muitos que existiram também em Portugal na mesma época. E o ensaísmo histórico nunca me agradou.

Como surgiu seu interesse pela história da cultura material?

A atenção à cultura material decorreu da leitura dos inventários e da longa enumeração de objetos, roupas e utensílios que neles surge. Por outro lado, como sempre fui uma frequentadora de museus, sobretudo daqueles que na Holanda e mesmo em França se dedicam à reconstituição do interior das habitações, sempre tentei juntar a palavra (dos inventários) à coisa (nos museus), o que aliás nem sempre foi fácil, mesmo tendo em São Paulo o Museu da Casa

Brasileira e o Museu Paulista. Me lembro, por exemplo, de querer saber o que era uma tamboladeira, que com tanta frequência surgia nos inventários paulistas, ou no campo das jóias, as memórias, ou os vários materiais com que se confeccionavam as roupas do passado como a baeta, o baetão, o droguete etc. Nesta última área me ajudou muito o Museu do Traje, em Lisboa, onde existe um mostruário de tecidos fabricados nas manufaturas pombalinas. Tenho pena que no Brasil tantos objetos do cotidiano se tenham perdido sem que os historiadores tivessem tempo de os examinar, e sinto a falta desse tipo de museus tão comuns na Europa e nos Estados Unidos. Aqui só se presta atenção à pintura e à escultura.

Também gostaria de saber como surgiu seu interesse pela história social da família.

Como tive uma evolução que veio da História Cultural para a História Social, sobretudo dos grupos sociais, quando comecei nos anos 70 a freqüentar os arquivos, me deparei com uma documentação na Intendência da Polícia que apontou para um outro caminho. Estava à procura de documentos sobre os suspeitos de serem partidários de Napoleão e sobre os livros e periódicos proibidos, quando notei que o intendente interferia na vida conjugal dando autorização para os maridos recolherem suas mulheres mal comportadas aos conventos e recolhimentos existentes na cidade. Esta foi a ponta da meada, juntamente com o livro de Maria Luisa Marcílio sobre a cidade de São Paulo e outros estudos de Demografia Histórica. A partir daí não parei mais, descobrindo outras séries documentais relevantes para o estudo da família. Com o projeto da Carlos Chagas passei a freqüentar o Arquivo da Cúria em 1978 e aí a surpresa foi enorme ao pesquisar a série das dispensas matrimoniais e a das separações ou divórcios. Era um mundo novo que se abria, tanto mais que eu não tinha muita paciência para fazer o tipo de estudos com os registros paroquiais, que me pareciam muito secos para aquilo que eu pretendia. E houve um livro, publicado em França em 1975 e que ninguém ainda tinha lido no Brasil, que me abriu o novo campo. Foi *La désunion du couple sous l'Ancien Régime* de Alam Lottin e outros. Afinal de contas a Igreja católica é a mesma em toda a parte, produz sempre o mesmo tipo de documentação, e

felizmente sempre procurou agir muito e interferir na vida das populações, muito mais do que os vários ramos do Protestantismo, como verifiquei ao publicar no Reino Unido, em 1998, *Families in the Expansion of Europe, 1500-1800*.

O meu modelo historiográfico não foi, portanto, nem Louis Henri, nem Peter Laslett, mas um modelo mais flexível na medida em que utilizo tipos de documentação muito variada que permitem uma riqueza muito grande de abordagens.

Da época em que a senhora começou a trabalhar até os dias de hoje, como avalia os resultados alcançados pelas pesquisas brasileiras a propósito do período colonial? No seu entender, houve avanços nesse campo historiográfico?

Não tenho dúvidas de que a historiografia do Brasil colonial foi a que mais avançou com as sucessivas gerações saídas das pós-graduações formais criadas nos anos 70. A da Universidade de São Paulo teve início em 1972 e, se analisarmos a produção de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado desde então, vemos que elas têm vindo a melhorar cada vez mais. Temos hoje uma pesquisa muito mais profunda, com uma base documental muito mais sólida e devo dizer que isso se deve a um privilégio que têm os pesquisadores brasileiros em relação aos europeus: a existência de bolsas que permitem uma dedicação exclusiva à elaboração das teses e que chega mesmo a financiar a consulta aos Arquivos no exterior, sobretudo em Portugal. São muito mais numerosos hoje os que freqüentam a Torre do Tombo ou o Arquivo Histórico Ultramarino depois de terem trabalhado nos arquivos locais e no Arquivo Nacional. Isso ajuda a cruzar informações, a responder a perguntas que antes ficavam sem resposta. Claro que grandes historiadores como Evaldo Cabral de Mello puderam fazer isso no decorrer da sua vida profissional, mas hoje os jovens historiadores têm muito mais ajuda financeira para se entregarem a esse vasculhar de arquivos no exterior.

A única ressalva que devo fazer é de ordem geográfica: é preciso que a historiografia do Brasil colonial dedique igual tempo ao estudo do Mato Grosso, Goiás, ou Rio Grande de São Pedro,

deixando um pouco de lado Minas Gerais, Bahia ou Rio de Janeiro, ou São Paulo. A malha historiográfica ainda não cobre todo o território da colônia.

Quais seriam os principais problemas e deficiências teórico-metodológicas da historiografia brasileira atual?

Não posso falar da historiografia brasileira atual em geral, pois devido à falta de tempo não leio nada mais do que aquilo que se publica, e é muito, sobre o Brasil colonial, aqui ou nos Estados Unidos. Não dá de modo algum para acompanhar a historiografia de outros períodos. No campo que me interessa não vejo quaisquer problemas nem deficiências teórico-metodológicas mesmo nos mais jovens pesquisadores. Fui durante mais de 20 anos professora de Teoria da História e de Metodologia e confesso que nunca vi a ligação entre aquilo que alguns autores chamam a "parte teórica" de uma obra historiográfica e a "parte empírica". Muitas vezes essa parte teórica surge como um autêntico nariz de cera que não gruda bem no resto do corpo. Não é teoria que falta nos estudos mais recentes. É por vezes a capacidade de construção a partir daquilo que foi selecionado que parece deficiente, como se o autor se enrolasse na excessiva riqueza do seu material. É também por vezes uma certa dificuldade na argumentação, sobretudo em livros, mais do que em artigos que são mais lineares e não possuem múltiplos argumentos.

Mudando um pouco de perspectiva, gostaria de conhecer um pouco de sua experiência nas universidades de Portugal. Qual é o interesse despertado pela história do Brasil colonial nos programas de pós-graduação portugueses?

Nestes últimos nove anos, em que tenho estado em contato com alunos de graduação e pós-graduação em várias universidades portuguesas, nota-se um interesse muito grande, não tanto pela História do Brasil em si, mas por um outro tipo de história diferente daquela que se tem valorizado mais em Portugal: a História Política, ou, para falarmos do Antigo Regime, a História Administrativa. Estão também um pouco cansados de uma história religiosa assente fundamentalmente no clero regular. Os temas que nós hoje trabalhamos em História do Brasil colonial constituem novidade para

eles e percebem que mesmo para trabalhar a África ou o Oriente há outras questões a colocar.

Por outro lado há também a atração de um certo exotismo. São atraídos pelas populações indígenas bem como pela escravidão, tanto mais que a historiografia portuguesa tem descurado até hoje o estudo dos escravos em Portugal, existentes e bem presentes na documentação até à legislação pombalina. Saiu em 1999 um pequeno estudo, *O negro no coração do Império. Uma memória a resgatar. Séculos XV-XIX*, mas o seu autor é francês, Didier Lahon.

Quanto à História do Brasil colonial nos programas de pós-graduação portugueses, ela entra sempre como parte dos estudos sobre a expansão ultramarina e não consegue ganhar uma autonomia que três séculos de colonização justificariam. A lista das dissertações de Mestrado e das teses de Doutorado não é longa. Até à entrega de Macau à China, a poderosa Fundação Oriente distribuíra bolsas generosas àqueles que se dedicassem ao estudo dos portugueses na Índia, no Japão, em Málaca etc; e isso evidentemente atraiu muitos mestrandos e doutorandos. Tenho esperanças, contudo, que com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia no governo socialista e uma mais ampla concessão de bolsas, o número de trabalhos sobre o Brasil aumente.

Mas tudo tem que começar no secundário e por essa razão é que o Ministério da Educação me encomendou um livro didático, *História da colonização Portuguesa no Brasil* destinada a professores e alunos do secundário. Espero que assim se passe a falar mais do Brasil do que da revolução francesa...

Qual é sua opinião a respeito da expressão "descoberta do Brasil"? Trata-se de um termo adequado ou não?

Claro que a expressão "descoberta do Brasil" não tem nenhum sentido e sempre fui contra uma disciplina existente nos cursos de História em Portugal denominada História dos Descobrimentos, que ainda constitui um resquício da historiografia salazarista. Deveria ser substituída por estudos de Cartografia antiga, viagens de exploração (no interior da África ou no sertão brasileiro), Geografia histórica etc.

O que interessava desenvolver eram estudos de demografia

portuguesa no séc. XVI para compreender as primeiras formas de povoamento e os contingentes populacionais no início da ocupação do litoral brasileiro.

Para um estudante, que estivesse terminando o curso de graduação, quais seriam as sugestões de pesquisa que a senhora faria?

Quando se termina um curso de graduação já se sabe o que se gosta de pesquisar, pelo menos em relação ao período (Colônia, Império, República). Feita essa opção inicial, os poucos que optam atualmente por estudar o Brasil colonial têm um vasto campo de escolhas. Penso, por exemplo, na escassez de estudos sobre o séc. XVII. Se excetuarmos José Antônio Gonçalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello e os estudos sobre Pernambuco, o resto é de uma pobreza impressionante, mesmo para a Bahia e Rio de Janeiro e muito mais para o Pará e Maranhão. São Paulo pode contar com as pesquisas de John Monteiro e Muriel Nazzari, e é talvez a região onde mais facilmente se poderia aprofundar o estudo, pois muita documentação foi preservada e mesmo impressa. De qualquer modo, quem quisesse cobrir este século poderia complementar perfeitamente a base documental local com a documentação da Torre do Tombo em Lisboa.

Quanto a temáticas, elas são tão variadas que é difícil apontar um caminho, tanto mais que o estudante tem de ser realista e contar apenas inicialmente com os arquivos mais próximos, para depois numa etapa seguinte pesquisar no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Portanto, tudo depende do arquivo local. Como já orientei teses sobre o Piauí, sei do que estou falando.

Por fim, gostaria de saber qual é seu projeto atual de pesquisa.

Depois do livro sobre História da Família (1998) e do outro sobre História Cultural (1999), estou escrevendo agora um sobre as mulheres na colônia. É já um projeto antigo, mas só agora tive ocasião de voltar a ele. Estes anos em que tenho podido trabalhar, os arquivos da inquisição proporcionaram-me o material que faltava, tanto mais que, num projeto de dois anos entre uma universidade portuguesa e a Unicamp (Núcleo de Estudos de Gênero), pude fazer algumas comparações entre as mulheres em Portugal e no Brasil, por

exemplo, em relação à prática da bigamia.

Durante muitos anos a documentação inquisitorial não me atraiu. Os cristãos novos não constituíam tema que me interessasse, nem tão pouco a feitiçaria. Mas as pesquisas de David Higgs e de Donald Ramos na Torre do Tombo fizeram-me ver que afinal desprezar essa documentação num estudo sobre as mulheres na colônia não fazia sentido. Já para o meu livro sobre cultura a documentação inquisitorial foi trabalhada para o tema da libertinagem (no sentido religioso) e dos pedreiros livres.

Além disso, no Arquivo Histórico Ultramarino, quero seguir uma pista ainda pouco explorada: a vinda de moças para os conventos de Portugal e das ilhas dos Açores e Madeira. Isto além de aprofundar a questão dos recolhimentos e conventos, tão bem tratada por Leila Algranti, Anna Amélia Vieira Nascimento e Susan Soeiro.

Pretendo ver se descubro mais documentação sobre a criminalidade feminina: que mulheres iam parar às cadeias coloniais e por quê. Talvez as Ouvidorias do Crime nas Relações da Bahia e do Rio de Janeiro me dêem alguns subsídios ao tema.

